

## MOVIMENTOS SOCIAIS, MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: INDÍCIOS DE CIDADANIA ATIVA E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Luiz Antônio da SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto interpreta os movimentos sociais em seu desafio mais amplo de afirmação da cidadania ativa e conquista da emancipação social através da disputa contra-hegemônica pelos princípios da economia solidária na contemporaneidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania ativa. Emancipação social. Movimentos sociais. Economia solidária.

Cumprе assinalar, ao iniciar esta discussão que:

[...] um movimento social se articula por força de interesses, carecimentos e necessidades que permitem a emergência de sujeitos sociais coletivos. Isto se liga a uma idéia de fazer a história através dos movimentos da sociedade e, modernamente, ao problema da construção de formas de organização social e de poder, que se traduzem sempre por alguma perspectiva ideal de utopia racional nos termos marxistas. (HELLER, 1993, p.94).

Nesse sentido, formas inovadoras de colocar em prática o cooperativismo entre trabalhadores atingidos pelo processo de reestruturação produtiva<sup>2</sup> têm sido constantes. Tais iniciativas expressam um aprendizado genuíno dos princípios democráticos e o resgate da cidadania entre as classes subalternas, pois ajudam a desnudar aspectos perversos do autoritarismo predominante na estrutura social brasileira, entre outras questões.

Desse modo a multiplicação dos grupos de geração de trabalho-renda, cooperativa e outras formas associativas, particularmente as experiências de associativismo e cooperativismo popular ganham ênfase na agenda dos movimentos sociais. Esses movimentos proporcionam, criativamente, aos trabalhadores a oportunidade de defenderem a instauração de uma economia solidária em contraposição à economia competitiva, característica do sistema capitalista de produção, particularmente nos tempos de ajuste estrutural, promovido pelos ideólogos do neoliberalismo.

A eclosão de tais experiências na sociedade brasileira durante os anos noventa do século XX tem provocado uma série de mudanças na cultura política dos movimentos sociais. Estes, para aperfeiçoarem seus métodos de ação perante a crise do mundo do trabalho têm desenvolvido todo um esforço coletivo de re-significar as ações sociais desencadeadas pelos atores emergentes da referida crise.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação FAE/UFMG e Mestre em Sociologia – FCL/UNESP. Docente. UNILESTEMG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Ciências Sociais Aplicadas. Coronel Fabriciano - MG – Brasil. 35170-013 - lasilva1960@uol.com.br

<sup>2</sup> Aceleração das inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo ocorrido durante os anos 90, com a finalidade melhorar a eficácia e eficiência das empresas nacionais, que redundaram em privatizações, desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas e, sobretudo, na precariedade das condições de trabalho.

Conforme expressão de Singer (1998), a economia solidária tem hoje um forte apelo: é uma forma prática de enfrentar a crise do trabalho. De modo geral, prefeituras, políticos e sindicalistas têm demonstrado interesse crescente por empresas regidas pela lógica da autogestão ou por organizações coletivas e comunitárias. Coletivamente, os trabalhadores têm muito mais força e recursos para construir formas mais dignas de trabalho. É, sem dúvida, um processo superior de organização da produção em relação às empresas capitalistas.

Com efeito, o cooperativismo popular solidário é um novo movimento social e tem se mostrado uma das formas mais mobilizadoras e solidárias para o trabalho. A conjugação de esforços nessa direção propicia o melhor aproveitamento da mão-de-obra e a democratização do aprendizado e das oportunidades. É, sem dúvida, um horizonte dos mais promissores no momento em que se buscam opções no combate ao desemprego e suas conseqüências. Significa oportunidades de crescimento em termos de cidadania e transformação das pessoas.

Segundo o entendimento de Santos (2001) vivemos um tempo de transição paradigmática, (conhecimento-regulação x conhecimento-emancipação). A partir desse entendimento, explicita-se, a seguir, a presença dos valores e estratégias democráticos e afirmativos da cidadania nos processos educativos realizados no interior dos movimentos sociais em geral e no cooperativismo popular solidário em particular. São também analisados o alcance e limites das ações educativas para a consolidação dos princípios da economia solidária, contrapostos aos princípios da economia competitiva, sob hegemonia dos princípios neoliberais.

Sendo assim, para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, pós década de oitenta do século XX, torna-se importante questionar o objeto de disputa hegemônica por parte das classes subalternas, que nada mais são do que os parâmetros da democracia (os participantes, as instituições, os processos, a agenda e o campo de ação).

Os neoliberais, com suas políticas de ajuste econômico e social, participam dessa disputa ao introduzir um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil. Além disso, apresentam uma definição distintiva da esfera pública em que predomina a concepção minimalista do Estado e da democracia.

Afinal, para os movimentos sociais, quais teriam sido as repercussões mais importantes dessa estratégia? Uma delas foi assumir a responsabilidade social evitada, agora, pelo Estado neoliberal; e outra, ter dado pouca ênfase na sua capacidade como esfera política, crucial para o exercício da cidadania ativa. Por conseguinte, cidadania passou a ser concebida como capacidade de integração individual na lógica e dinâmica do mercado capitalista.

A propósito, uma concepção alternativa de cidadania passa pela compreensão das lutas democráticas vistas como portadoras de uma redefinição não só do sistema político como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo (sistema político, futuro do desenvolvimento, erradicação das desigualdades sociais).

Mas, qual a natureza desse processo democrático? Não é homogêneo e, em alguns casos, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras das políticas institucionais como também lutaram, de maneira significativa, para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política, participação e democracia.

Cumprir lembrar, aqui, que os movimentos sociais tentam desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes à medida que seus objetivos transcendem ganhos materiais e institucionais, afetam as fronteiras da representação política, cultural e a prática social. Desse modo, põem em questão as noções de política, cidadania e democracia, além de realizarem contestações culturais.

Por outro lado, não exigem necessariamente a inclusão social. O que está em questão para os movimentos sociais, de modo profundo, é a transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas.

Nesse contexto mais amplo, percebe-se, nas décadas recentes, o surgimento e propagação de grande diversidade de práticas de colaboração solidária no campo da economia, como: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, o comércio équo e solidário, as organizações de marca, a agricultura ecológica, o consumo crítico, o consumo solidário, os sistemas locais de emprego e comércio, os sistemas locais de trocas, os sistemas comunitários de intercâmbio, a rede global de trocas, a economia de comunhão, os sistemas de microcrédito e de crédito recíproco, os bancos do povo, os sistemas locais de moedas sociais, a difusão de *softwares* livres, entre muitas outras práticas de economia solidária. O trecho a seguir esclarece bem essa questão:

O rápido crescimento internacional das redes solidárias e de seu poder de atuação nos campos da economia, política e cultura é um dos fenômenos marcantes da última década. Este crescimento se firma qualitativamente no projeto de construção de uma globalização solidária, com valores contrapostos aos da globalização capitalista em curso. Mais do que uma eficiente estratégia organizativa de empresas, de entidades civis ou de movimentos sociais, essas redes emergem como atores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas que promovam simultaneamente as liberdades públicas e pessoais, a convivência pacífica entre os povos e um tratamento adequado às diversas questões levantadas pelos movimentos social-populares, em prol do bem-viver de todas as pessoas. (MANCE, 2002, p.24).

De fato, os processos educativos vivenciados pelos trabalhadores que participam de experiências de economia solidária proporcionam mudanças nas concepções de vida e trabalho dos participantes, pois rompem com o ideário hegemônico de nossa época segundo o qual não há alternativa nenhuma ao capitalismo neoliberal. Possibilitam aos movimentos sociais a formulação de alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias, viáveis e por isso, dão conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Sobre isso, explicita Santos (2002, p.67-70):

Dizem respeito à globalização da resistência aos localismos globalizados e aos globalismos localizados. Designo o primeiro por cosmopolitismo. Trata-se da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação.

[...] o segundo, designo-o por patrimônio comum da humanidade. Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária.

A reinvenção de formas econômicas propiciadas pela economia solidária significa, ainda, alternativa sistêmica ao capitalismo. Suas propostas e processos educativos apontam

como perspectivas, formas de organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

Vale lembrar que as experiências de economia solidária, observadas em diferentes países nas últimas décadas do século XX se baseiam em formas de associativismo e cooperativismo que têm por fundamentos o processo social da cooperação e do auxílio mútuo. Assim, aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

A análise dessas experiências implica a busca dos fundamentos sociais, culturais e educativos implícitos no bojo da economia solidária. Portanto, esses fundamentos trazem em si uma espécie de renascimento de valores históricos que fazem parte da cultura do movimento operário tais como, autogestão, autonomia, solidariedade e outros.

A esse respeito, durante a década de oitenta e noventa do século passado, vários autores se debruçaram no estudo da experiência histórica de construção de uma nova concepção de cidadania que extrapolasse os limites da visão liberal e fosse capaz de penetrar na esfera da produção e reprodução social. Tais autores procuram enfatizar a necessidade de uma cidadania plena, que se construa mediante um processo permanente de criação e de recriação de novos direitos. Destacam o importante papel que vêm cumprindo os movimentos sociais na construção dessa nova cidadania e a necessidade da incorporação dos elementos da subjetividade como indispensáveis à transformação dos valores necessários a essa nova prática de cidadania.

O conceito de **cidadania ativa** se distingue do conceito de cidadania passiva - aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela - e institui o cidadão não só como portador de direitos e deveres, mas também essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. Para Benevides (1991, p.20), “[...] essa cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes.”

Por sua vez e nas trilhas da reflexão acima esboçada, Dowbor (1999, p.367) assim se refere à importância desta prática de cidadania na construção de uma nova modernidade:

A modernidade não se conquista com passes de mágica. Implica uma visão política, de que participar na construção do seu espaço de vida, mais do que receber presentes das **autoridades**, constitui uma condição essencial da cidadania. Implica uma visão institucional, menos centrada nas “pirâmides” de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes, os espaços para elaboração de consensos e os processos horizontais de interação. Implica finalmente numa visão centrada no homem, na qualidade de vida, na felicidade do cotidiano, e um pouco menos nas taxas imediatas de retorno.

Indissociável desse processo de constituição de uma **cidadania ativa**, as práticas de trabalho de autogestão têm procurado contribuir para o processo de radicalização da democracia.

Contudo, o aprofundamento da noção de trabalho e de processos educativos instiga o pesquisador a refletir sobre a capacidade e potencialidade de referidas experiências em termos de serem ou não capazes de estimular a contestação e superação do sistema capitalista. Em outras palavras, o desafio, aqui, é analisar as principais lições extraídas do emergente cooperativismo popular e sua importância para a consolidação dos princípios de economia solidária.

Discutidas essas questões, as classes trabalhadoras da Região do Vale do Aço deixam transparecer um sentimento de inquietação e indignação ao *status* dominante. Surpreendentemente, deixa transparecer o desejo de construção de algo novo, de uma postura

alternativa de autogestão, diferente da compreensão de um indivíduo assalariado estrito senso, vendedor pura e simplesmente de sua força de trabalho e, portanto, **coisificado** no processo de produção. Trata-se da entrada, na esfera pública, de trabalhadores que, pela ação e pelo discurso, afirmam os princípios básicos da cidadania ativa, ou seja, a luta ferrenha pelo direito a ter direitos, entre outras de suas dimensões.

A economia solidária, incipiente nesse quadro de reestruturação produtiva, favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase, sobretudo, no processo de radicalização da democracia, pois penetra a esfera econômica e social, pouco ou quase nada atingida pelo processo de transição democrática ocorrida no Brasil a partir dos anos setenta e oitenta do século XX<sup>3</sup>. Impulsionada, sobretudo a partir de meados da década de noventa, propiciaria, em tese, a criação de novos valores, novas relações e, sobretudo, de novos horizontes para o desafio de emancipação e/ou inclusão social das classes subalternas no mundo contemporâneo. Mas, em que medida as experiências dos trabalhadores dos grupos de economia solidária exigem a compreensão dos novos desafios para emancipação social deles? Esta questão será tratada no próximo item.

### **Cotidiano, conhecimento, emancipação e economia solidária**

A reflexão sobre as relações entre as experiências do conhecimento na vida cotidiana, muitas vezes denominada senso comum e a construção sociológica do conhecimento diante do movimento não linear e descontínuo da sociedade é desafiador quando se procura compreender as possibilidades históricas de emancipação social tendo, como referência mais ampla, as experiências de economia solidária, através do associativismo e cooperativismo popular solidário.

No contexto das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, provocadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais nos processos de produção capitalista, têm-se o acirramento dos conflitos e sentimento de indiferença social por parte de consideráveis parcelas da sociedade. Daí serem oportunas questões e preocupações sobre os fundamentos da era contemporânea.

Vale lembrar, aqui, que tais transformações têm sido abordadas tendo, como referência temas emergentes no cenário histórico contemporâneo, principalmente aqueles que tratam das experiências, lugares e significados do trabalho na vida cotidiana.

No exercício da imaginação sociológica<sup>4</sup>, refletir sobre tais abordagens estimula o aperfeiçoamento da curiosidade epistemológica. A questão central reside na problematização das grandes narrativas da ciência moderna, pautada pela relação de causa e efeito, numa perspectiva linear. Na linha teórica dos historiadores ingleses, questiona-se a preocupação quase que exclusiva de certas narrativas da ciência moderna, por estarem muito preocupadas com o porquê dos fenômenos sociais, não dando a devida atenção ao seu funcionamento interno. Ou seja, a descoberta do porquê de determinado fenômeno, não se esclarece exatamente o como o evento ocorreu nem como a situação é vivida pelos respectivos personagens. Do ponto de vista metodológico, trata-se de enfrentar o desafio maior de transformar temas e questões da atualidade em análises das ciências sociais. Cabe, portanto,

<sup>3</sup> Há uma vasta literatura das ciências sociais sobre a transição democrática brasileira. Destacam-se a nosso ver as análises realizadas por Santos (2005), Oliveira (1995) e O'Donnell (1987).

<sup>4</sup> Trata-se da habilidade que os sociólogos desenvolvem para ver a conexão entre a vida cotidiana dos indivíduos e os problemas sociais. Essa habilidade pode ser caracterizada como um tipo incomum de pensamento criativo, que consegue estabelecer relações entre um indivíduo e a sociedade mais ampla. Um elemento fundamental para se obter a imaginação sociológica é desenvolver a habilidade para ver a sua própria sociedade (ou o seu grupo social) como um estranho o faria, assim procurando diminuir a sua própria influência (carregada de valores culturais obtidos ao longo de sua vida) na análise (MILLS, 1982).

pensar o cotidiano na lógica da descoberta e não na lógica da demonstração. Por exemplo: como as relações de exploração e dominação aparecem no cotidiano de quem as vive? Como os atores sociais sentem, pensam e vivem tais relações? Tal perspectiva metodológica privilegia a abertura para o inesperado e se revela capaz de refletir, de forma articulada, as experiências individuais e coletivas.

Nessa perspectiva analítica, o estudo das iniciativas e ações dos trabalhadores na Região do Vale do Aço, sob o ponto de vista da vida cotidiana, trouxe como consequência, a superação daquela postura metodológica que minimiza a importância do conhecimento do senso comum. Nesse enfoque, conforme lembra Martins (2000, p.57) “[...] o senso comum é desqualificado, destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções.” E tanto positivistas como marxistas caem nessa armadilha preconceituosa. Para uns, só o fato desprovido de vida é social; para outros, só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida.

Situando-se no âmbito intermediário de investigação e superação do que o senso comum tem sido para a interpretação acadêmica, o autor acima citado diferencia as orientações teóricas e metodológicas de marxistas e fenomenologistas. Acredita na possibilidade de um encontro justamente naquilo que é, na verdade, o lugar do conhecimento do senso comum na vida cotidiana e, também, na história, conforme retrata este trecho:

O senso comum é comum, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. [...] não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. (MARTINS, 2000, p.59).

Nessa medida, torna-se oportuno pensar o cotidiano como o fio condutor do conhecimento nas ciências sociais, o que traz como implicações metodológicas, repensar a delimitação do objeto de estudos dessas ciências. Muitas vezes, um objeto é aquilo que os métodos de abordagem permitem ou determinam. Ambos, objeto e métodos, se condicionam e eventualmente, ambos se determinam mutuamente. As ciências humanas em geral não nos oferecem um programa coerente que guie a investigação, ao contrário do que acontece com as ciências exatas. Enquanto os conceitos nas ciências exatas têm um significado preciso, nas teorias sociais, em contrapartida, eles são relativamente vagos e ambíguos.

Contrário às posições que reduzem o cotidiano ao rotineiro, repetitivo e a histórico, Pais (2003, p.56) considera que o cotidiano é o

[...] cruzamento de múltiplas dialéticas entre o rotineiro e o acontecimento. Para que se torne efetivamente em fio condutor do conhecimento da sociedade, torna-se importante que haja o entrelaçamento dos planos micros com a macro-análise sociológica, que significa entender o comportamento dos indivíduos com os planos que resultam da conjugação de variáveis macro-sociológicas, como por exemplo, o poder, a autoridade.

O que importa é vincular a historicidade absoluta de um ato à generalidade de uma estrutura social, fazendo ressaltar a imbricação de atos ou acontecimentos individuais ou interacionistas com estruturas sociais globais.

Nessa linha interpretativa, cabe destacar que, do ponto de vista de uma teorização social da vida cotidiana, não é apenas importante aquilo que fixa as regularidades da vida social, mas também aquilo que a perturba. O cotidiano é espaço por excelência não só de ações repetitivas, mas também o espaço de inovação. Um dos desafios dessa perspectiva

teórica está em estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social. “Da mesma forma que a sociologia da vida cotidiana não deve fazer abstração da individualidade, também não deve desconsiderar as proposições concernentes à estrutura social envolvente das interações”, conforme assinala Pais (2003, p.113). Em síntese, trata-se de mover-se em dois campos paradigmáticos: o interesse em olhar a sociedade no âmbito dos indivíduos e também o interesse em ver como a sociedade se traduz na vida de tais indivíduos.

Neste estudo coube um indagar constante: como coletar dados e informações no interior de uma realidade tão carregada de contradições? Como a experiência de organização dos grupos e outras formas associativas de produção têm sido interpretadas pelos teóricos dos movimentos sociais bem como por aqueles que vivem essas experiências no cotidiano? Qual o significado mais exato dos silêncios, dos não ditos de diferentes participantes? Trata-se, portanto, de outro tipo de inserção na realidade. Não se trata de ir aos grupos para explicar a realidade, mas sim de adotar uma postura metodológica que privilegie o entendimento da dinâmica da vida social. Daí, a importância dos sinais produzidos e compartilhados pelos participantes de referidas experiências por serem indícios de novas sociabilidades forjadas nas novas relações de trabalho emergentes. Como a condição de classe é vivida e experimentada nessa situação?

Assim sendo, privilegiou-se, neste estudo, a aquisição e/ou produção de saberes por parte dos trabalhadores da Região do Vale do Aço. Partiu-se do pressuposto fundamental de que o conhecimento, no sentido mais geral do termo, é construído pela espécie humana ao longo de sua história. Ele é transmitido de uma geração para a outra e, portanto, é cumulativo.

Exemplificando, sabe-se que o animal nasce em um meio e pouco transforma este meio. Além do mais, ele aprende poucas coisas dos adultos. A condição da espécie humana é completamente diferente. O homem (no significado de ser humano, incluindo os dois gêneros, masculino e feminino) transforma o seu meio, mediante sua atividade, seu trabalho. Portanto, um ser humano vive em um mundo que foi criado (a partir de condições naturais) pelas gerações precedentes. Até tal ponto que hoje em dia, o homem pode destruir esse mundo, inclusive sem querer. Isso significa que as demais espécies vegetais e animais também vivem (ou se extinguem) num mundo criado pelo homem.

Sendo assim, a cria do homem nasce em um mundo humano. Para sobreviver, há de adaptar-se a esse mundo. Essa adaptação só é possível porque outros seres humanos (os seus pais, os adultos) cuidam dela e mostram-lhe ou ensinam a ela o que possibilita sobreviver neste mundo. Em outras palavras, o pai dá ao filho uma educação. Tal educação possibilita que ele se torne um ser humano de tal lugar e tal época. No decorrer da sua vida esse filho, com base nesse ensinamento também vai participar da transformação do mundo. Assim, cada geração contribui para a construção do mundo humano.

Portanto, na história desenvolve-se um duplo processo cumulativo: um que constrói o mundo e outro que constrói a espécie humana. O ser humano transforma o mundo pelo seu trabalho e, tendo essa atividade, transforma a si mesmo. Esse duplo processo é que Marx chama de práxis<sup>5</sup>.

Ao transformar o mundo e para transformá-lo, o homem produz conhecimentos sobre o mundo, sobre o próprio homem e sobre a maneira como transforma o mundo (como construir instrumentos, criar animais, atuar coletivamente com outros homens, etc.). Esses conhecimentos são transmitidos de uma geração para a seguinte, graças à educação. Portanto, são eles também essencialmente culturais. A história é este triplo processo de construção do

---

<sup>5</sup> Na primeira das teses sobre Feuerbach, Marx define a práxis como atividade prático-crítica, isto é, como atividade humana perceptível em que o real é concebido subjetivamente.

mundo, de conhecimentos e de uma espécie com características específicas. Só há uma história por esse processo ser cumulativo e só poder ser cumulativo graças à educação.

A combinação entre o sistema de relações de produção e forças produtivas e as manifestações de socialização interativa de linguagem e papéis sociais destaca a necessidade de uma sociologia da cultura. Tal sociologia trataria das interações entre a práxis humana do trabalho e as expressões e possibilidade próprias da consciência.

A definição de cultura como articulada com o mundo do trabalho e das idéias traz uma combinação entre a percepção humana e percepção socialista. A primeira considera que o homem faz a sua própria história e a outra de que o homem faz a si mesmo e fabrica seus meios de vida, bem como seus diferentes papéis e representações sociais.

A recuperação de um conceito mais abrangente da história engloba as características próprias de uma história das várias expressões culturais. Para isso, é preciso que reconheça a diversidade das expressões e das forças culturais que desenvolvem papéis e assumem formas de produção e instituição, com diferente poder de alcance de caráter universal, nacional e de classe.

Assim, diante da questão **o que é conhecimento**, a resposta é: tudo quanto a espécie humana criou no decorrer da transformação do mundo e dela mesma. Quando se leva em consideração a dimensão social da questão deve-se acrescentar a idéia de que, apesar de serem todos produzidos pela atividade do homem ao longo da história da espécie, os vários tipos de conhecimentos não são valorizados igualmente pela sociedade. Os conhecimentos são construídos pela atividade coletiva dos homens, portanto em sociedades. Consequentemente, eles trazem as marcas das relações de dominação e desigualdade que permeiam essas sociedades.

Ao estudar a noção de relação com o saber entre as classes populares Charlot enfatiza como a **relação com o saber** é vista como “[...] uma relação de sentido, e, portanto de valor, entre um indivíduo (ou um grupo) e os processos ou produtos do saber.” (CHARLOT, 2005, p.36). A esse respeito, pode ser útil distinguir e articular as relações de identidade e epistêmicas com o saber. A **relação com o saber** se enraíza na própria identidade do indivíduo: questionam-se seus modelos, suas expectativas em face da vida, do futuro, do ofício futuro, da imagem de si mesmo e das suas relações com as figuras parentais. Neste caso, há então, relação de identidade com o saber. Mas o que está em jogo na **relação com o saber** é também a própria natureza do ato de aprender; aprender é se apropriar do saber, construir um sentido, saber como se conduzir em qualquer circunstância, cumprir suas obrigações profissionais. Aí, então, existe uma relação epistêmica com o saber, conforme esclarece este trecho:

A questão é sempre compreender como se opera a conexão entre um sujeito e um saber ou, mais genericamente, como se desencadeia um processo de aprendizagem, uma entrada no aprender. Se o sujeito já está em atividade, a questão é compreender o que sustenta sua mobilização. De certa forma, pode-se dizer que toda problemática da relação com o saber, assim como todo estudo empírico inserido no quadro desta problemática, tem como objetivo elucidar as condições e as formas dessa mobilização. (CHARLOT, 2005, p.36).

Uma metodologia de pesquisa sobre processos educativos, coerente com a problemática da **relação com o saber** deve centrar no problema da mobilização do sujeito no campo do saber e do aprender ou no confronto com este ou com aquele saber. Mais precisamente, deve centrar nas fontes dessa mobilização e nas formas que ela assume. A questão é captar um processo que se pode designar, conforme a dimensão privilegiada pela



análise, por diversos nomes: o processo aprender (considerando o sujeito em confronto com o patrimônio humano), a mobilização (considerando a entrada e a manutenção do sujeito na atividade).

Tais questões são importantes para o entendimento mais amplo sobre o caráter e a natureza dos processos educativos vivenciados no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço. Elas instigam o aprofundamento da democracia na esfera econômica e o pleno exercício da cidadania ativa como construção histórica de inclusão e emancipação social.

### **Processos educativos e pressupostos metodológicos**

Há muitos significados que podem ser extraídos dos processos educativos desencadeados nas experiências de associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço. Ao abordar especialmente o associativismo e cooperativismo, buscou-se enfatizar os aspectos metodológicos que desafiam aqueles que se propõem interpretá-los na luta pelo aprofundamento da democracia e afirmação da cidadania ativa, através dos princípios norteadores da economia solidária no interior das classes subalternas.

Adotou-se, aqui, o conceito de classes subalternas dada a sua importância para a compreensão do cooperativismo popular solidário. Afinal, à medida que tal conceito, ao prefigurar a diversidade de situações de subalternidade, propicia, também, segundo Martins (1989, p.46), “[...] a apreensão da riqueza histórica, cultural e política de uma determinada sociedade, favorecendo, assim, uma interpretação mais abrangente das relações de exploração, dominação e exclusão social e política.”

A realidade de excluídos, melhor dizendo, daqueles que vivem na subalternidade é parte integrante da lógica do modo de produção capitalista. Trata-se, na verdade, de uma exclusão integrativa, pois permite a convivência de padrões elevados de desenvolvimento tecnológico, acumulação de riquezas, ao lado da fome, analfabetismo e outras mazelas sociais para a grande maioria.

Por sua vez, o movimento crescente de economia solidária no Brasil da última década do século anterior é portador de um caldo de cultura democrática, propiciado pela sua eclosão, em meados da década de noventa. Tal fato se deve à ação e reflexão participativa dos seus agentes, por meio das redes, feiras, intercâmbios, fóruns e outras formas de se praticar a solidariedade.

Os discursos e as ações educativas dos integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, realizados ao longo desses anos são referências teóricas e políticas para a compreensão dos impasses do modelo de desenvolvimento econômico adotado em nosso país. Também são importantes para se compreender a luta que as classes subalternas desencadeiam para a sua devida superação.

Nas últimas décadas, o associativismo e cooperativismo popular solidário constituíram-se e consolidaram-se como movimento social vigoroso e dinâmico. Percebe-se a força dos referidos discursos e ações educativas na análise do seu significado. Merecem especial destaque aqueles que foram capazes de recolocar em cena os setores que sofreram as consequências da experiência de subalternidade e buscaram de múltiplas formas, expressarem o sentimento de rebelião. Desse modo, ocuparam, de forma lenta, gradual e determinada, cada vez mais, seu lugar no *coro*. José Nun (1989, p.11) interpreta a ação social e seu respectivo significado no interior desses movimentos da seguinte maneira:

Na tragédia grega, o centro do cenário era ocupado quase sempre pelos heróis, únicos que se colocavam em contato direto com os deuses. A vida cotidiana tinha se tornado ao contrário, um espaço subalterno e sem rosto: o

do coro. Formava-o a mulher, as crianças, os escravos, os velhos, os mendigos, os inválidos, numa palavra, todos os que ficavam na cidade quando os demais partiam em busca de aventura, de poder e da glória.

A explosão dos movimentos sociais já na década de oitenta do século passado representou, sobretudo, a rebelião que a subalternidade desencadeou no interior da sociedade brasileira. Tal rebelião ocorreu, fundamentalmente, na cotidianidade vivida pelos excluídos do sistema. Esse movimento não se deu por gestos épicos, mas tem grande importância para quem se propõe compreender a realidade social. Como assinala Ernesto Laclau (1986, p.18),

[...] as novas expressões do conflito social, décadas de 70 e 80, seriam opacas, portanto, a partir da interpretação dada pelos velhos paradigmas. Os agentes sociais construiriam suas pendências e desejos na construção de suas práticas coletivas, num espectro de possibilidades não mais transparentes e racionais. Leia-se: não é mais possível atribuir sentido às ações dos trabalhadores enquanto "ações de classe".

O desafio consiste em repensar as perspectivas de interpretação daqueles movimentos, pois

[...] os movimentos, para o bem ou para o mal, afirmam-se em suas éticas específicas. Chega-se, assim, a que o sentido dos movimentos sociais não seria construído por eles mesmos, nas suas tentativas de alcançar seus objetivos, mas seriam sentidos atribuídos via modos como eles se articulam, ou são articulados, seja por forças sociais, seja pelas agências do poder, ou pelos múltiplos posicionamentos dos demais movimentos sociais. (LACLAU, 1986, p.22).

Esse referencial conceitual permite compreender que a rebelião dos subalternos foi ganhando corpo de forma fragmentária ao romper o silêncio imposto pelos setores dominantes. Compreender o significado mais amplo dos movimentos sociais na suas múltiplas relações com o Estado e com o mercado implica um processo de reinvenção permanente da democracia nas diferentes esferas da vida social. Não se fica esperando a grande transformação para se romper com o silêncio, mas esse vai se rompendo, por meio das contestações permanentes da subalternidade através dos movimentos sociais.

Claude Lefort (1979, p.77, grifo do autor) contribui para a compreensão dos fundamentos filosóficos desta experiência vivenciada na atualidade:

O ato da troca na cotidianidade representa o ato por excelência, pelo qual o homem conquista a sua subjetividade. Por trás da luta dos homens pela conquista da subjetividade, esboça-se um movimento pela construção de um "eu coletivo".

Ao refletir sobre a condição humana na modernidade, Hannah Arendt (1991, p.188) propõe a radicalização democrática fundada na ação, como princípio estruturante da sociabilidade moderna, conforme mostra este trecho:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que

existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.

Ademais, a condição humana, negada historicamente às classes subalternas, pode ser resgatada a partir da conquista e da afirmação da cidadania e do aprofundamento da democracia nos mais variados espaços de sociabilidade humana.

Ainda acerca dos movimentos sociais em geral é preciso lembrar que sofreram, ao longo dos anos, contínuos processos de desestruturação / reestruturação em suas configurações específicas, sob a influência de um conjunto diversificado de discursos e ações pronunciados por diferentes sujeitos. Tais processos trazem implícitas as dinâmicas educativas.

Merece ressaltar, então, que os processos educativos constituem um dos mais eficientes instrumentos do processo de socialização. Têm como função comunicar às novas gerações aqueles elementos culturais que lhe possibilitem conviver com os demais no grupo e na sociedade. Comunicam-lhes as noções sobre a importância das instituições, das idéias, das crenças e dos valores professados pelo grupo ou pela sociedade como básicos para a convivência e a sobrevivência. Transmitem-lhes, igualmente, os padrões de comportamento (leis, mores, *folkways*, usos, tradições), bem como os elementos adquiridos pela sociedade no decorrer de sua história. Tais processos educativos têm igualmente a incumbência de criar as condições que permitem às pessoas serem criativas, inovadoras, com a capacidade de modificar e/ou adaptar idéias, valores e padrões e os próprios elementos tecnológicos às novas circunstâncias, caso elas assim o exijam.

Esses processos podem ser usados para a conservação da ordem social vigente ou para sua mudança<sup>6</sup>. São educativos para o *status quo*, quando empregados para reforçar a manutenção e a persistência de todos os elementos culturais e estruturais de um sistema, rejeitando toda e qualquer tentativa de modificação, com exceção, talvez, dos elementos tecnológicos. São educativos, ainda, quando encarados como um instrumento apto para a criação e a comunicação de valores, idéias, padrões de comportamento e formas de organização que instaurem uma nova sociedade. Por isso, os conteúdos e as atitudes que tal educação desperta e transmite opõe-se às atitudes da ordem social e econômica vigentes.

Os processos educativos adotados nas experiências de associativismo e cooperativismo situam-se na segunda concepção educacional. Visam a modificar, substituindo a médio e em longo prazo, a atual configuração socioeconômica, baseada numa intensa competição individualista. Desse modo, ao invés de promoverem o bem-estar de todos, promovem apenas algumas minorias privilegiadas que, no país, ao longo dos séculos, detêm os privilégios e não abrem mão deles em favor da maioria. E para assegurarem melhor suas posições privilegiadas, não receiam em associar-se aos poderosos grupos econômicos internacionais, implantando uma economia de dependência tecnológica, comercial e financeira radicalizando ainda mais, a nossa situação de bipolaridade socioeconômica.

A educação cooperativista pretende superar essa situação, no plano dos valores, das idéias, das atitudes e das estruturas criando novos valores, novos padrões de comportamento que privilegiem o processo social de cooperação e canalizem tal processo através de estruturas ou organizações racionais e eficazes. Essa educação visa a substituir valores e padrões de comportamento, tendo em vista promover a crescente participação de todos nas decisões político-econômicas e nos bens e serviços produzidos pelo sistema. O objetivo é que as pessoas não apenas tenham mais, ao contrário, acumulando mais recursos, todos poderão saber mais e sabendo mais, poderão ser mais úteis para mais e mais pessoas humanas.

---

<sup>6</sup> As idéias sobre educação aqui desenvolvidas se baseiam no pensamento de Paulo Freire (1971, 1998), particularmente no livro *Educação como prática da liberdade e Pedagogia da autonomia*.

Mas, abordar os processos educativos implica, ainda, fazer a devida distinção conceitual entre cultura, endoculturação e educação. De acordo com Brandão (1982), tudo o que existe transformado na natureza pelo trabalho do homem e significado pela sua consciência é parte integrante de sua cultura. A endoculturação é tudo aquilo que existe e é criado numa cultura como conhecimento que se adquire pela experiência pessoal com o mundo e com o outro. Por fim, o autor refere-se à escola, mais especificamente, quando surgem formas sociais de encaminhamento e controle da aventura de ensinar e aprender.

A reflexão sobre os processos educativos no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular na região em análise exige, ainda: reflexão sobre o caráter e a natureza da intervenção político-educativa desenvolvida por diferentes agentes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; entendimento das atividades educativas como um processo sistemático, planejado, cumulativo guardando relação com o processo de organização e luta das classes subalternas; na sua execução, incorporação de determinada concepção metodológica do ponto de vista da apropriação e produção do conhecimento por parte dos atores.

Compreender essa intervenção e a reflexão sobre ela como uma discussão de natureza metodológica implica assumir, do ponto de vista teórico mais geral, algumas premissas básicas, quais sejam: a não-neutralidade axiológica do discurso e da prática científica; a relatividade das proposições objetivas existentes no campo científico para a investigação dos fenômenos sociais, culturais, econômicos; o entrelaçamento político, social e existencial entre **pesquisadores e pesquisados**. Com certeza, as rupturas epistemológicas e a construção do objeto estimulam o pesquisador a adentrar no labirinto do tortuoso caminho de produção de conhecimentos. Que compreensão sobre o ato de conhecer nas ciências sociais norteou a elaboração do presente estudo?

Ora, o ato do conhecimento implica: interpretar contra ou a favor do conhecimento já acumulado; construir o objeto do conhecimento, fazendo a distinção entre o objeto real e o objeto do conhecimento; entender que nunca se alcança o conhecimento total e absoluto, pois os resultados são inúmeros e cada um deles pode conduzir a outras buscas; saber que o conhecimento é sempre histórico, não parte do nada e é determinado no tempo, espaço, classe, etnia. Complementando essa idéia, pode-se afirmar que os dados, quando citados, não pretendem ser, de maneira alguma, a expressão da verdade última e absoluta da realidade. Eles estão sempre articulados com uma interpretação anterior e/ou posterior à sua exposição e são relativos. Não é possível uma explicação dos fenômenos sociais, políticos e educativos de forma totalmente objetiva, neutra e livre de valores/vontades. A propósito, a experiência de pesquisador-militante como também de militante-pesquisador está impregnada de condicionamentos históricos e sociais, e, portadora de vontades, crenças, desejos, angústias.

Mergulhando, então, nas trilhas teóricas deixadas por Santos (2001), trata-se de abrir pistas para o reencontro da ciência com o senso comum, ao revistar, de forma crítica, algumas práticas políticas e educativas. E ao percorrer essas trilhas, deve-se atenuar o desnivelamento dos discursos do militante - investigador com o investigador - militante - investigado. Assim será possível ao mostrar que, ao mesmo tempo em que primeiro era objeto de interpretação, não também a identidade de sujeito da transformação e da interpretação. Finalmente e como consequência desses enunciados, o presente trabalho representa a superação da dicotomia entre a contemplação e a ação.

***SOCIAL MOVEMENTS, MARKET AND ECONOMY SOLIDARITY: INDICATIONS OF  
ACTIVE CITIZENSHIP AND METHODOLOGICAL ISSUES***

**ABSTRACT:** *The text interprets the social movements in the broader challenge of the affirmation of active citizenship and achievement of social emancipation through counter-hegemonic dispute the principles of solidarity economy in contemporary Brazil.*

**KEYWORDS:** *Active citizenship. Emancipation social. Social Movements. Economy solidarity.*

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Passos, v.20).

CHARLOT, B. **Relação com o saber: formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DOWBOR, L. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8.ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HELLER, A. **Uma teoria da história**. Tradução de Dilson Bento F. F. Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LACLAU, E. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.2, p.41-47, out. 1986.

LEFORT, C. **As formas da história: ensaios de antropologia política**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, J. de S. O senso comum e vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000. p.55-64.

\_\_\_\_\_. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: \_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989. p.97-137.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NUN, J. **La rebelión del coro**: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1987.

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER E; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.24-28.

PAIS, J. M. Nas rotas do cotidiano: paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003. p.25-34.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a Democracia**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.v.1.

SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.